

Afonso de Albuquerque, o Leão dos Mares (1453-1515)

Capitão-de-Mar-e-Guerra
José António Rodrigues Pereira



*Nem tu menos poderás deste,
Posto que rica e posto que assentada
Lá no grémio da Aurora, onde nasceste,
Opulenta Malaca nomeada.
As setas venenosas que fizeste,
Os crises com que já te vejo armada,
Malaços namorados, Jaus valentes,
Todos farás ao Luso obedientes.*

Luís de Camões, Os Lusíadas, Canto X, Estrofe 44.

Afonso de Albuquerque foi militar, estratega, governador e um dos maiores génios da História de Portugal.*

Nasceu em Alhandra em 1453¹, sendo o segundo dos quatro filhos de Gonçalo de Albuquerque, terceiro senhor de Vila Verde dos Francos, e de D. Leonor de Meneses, filha de D. Álvaro Gonçalves de Ataíde, Conde de Atouguia. Pelo lado do seu pai, que desempenhava um importante cargo na Corte, descendia, por via natural, da família real portuguesa². Nada se sabe da sua infância, mas pensa-se que, durante esse período, foi educado em matemática e latim e terá estudado os clássicos na Corte de D. Afonso V, onde cresceu e travou amizade com o Príncipe D. João, futuro rei.

Afonso de Albuquerque serviu dez anos no Norte de África, onde adquiriu experiência militar; em 1471 acompanhou D. Afonso V nas conquistas de Tânger, Anafé e Arzila, onde permaneceu alguns anos como oficial das guarnições militares daquelas praças. Outra referência a Afonso de Albuquerque ocorre em 1476, na Batalha de Toro, contra os castelhanos, onde surge ao lado de D. João II.

Pela experiência que demonstrará mais tarde, tanto na arte da navegação como na militar, pode concluir-se que passou uma boa parte da sua mocidade em África.

Afonso de Albuquerque, era um homem de média estatura, com rosto comprido e corado, e de nariz um pouco grande. Usava sempre a barba muito comprida que lhe dava grande veneração. Moralmente era um homem dotado de um inquebrantável espírito de justiça, sempre bondoso, piedoso para com os mais fracos e muito paciente para suportar os sofrimentos que constantemente o perseguiram pela inveja e incompreensão dos homens.

Sofreu, principalmente, devido ao desprezo de D. Manuel I, que não se mostrou à altura do grande homem que governava. Sendo honesto, dedicado ao Rei e ao seu país, Albuquerque viveu na Índia subordinado aos planos imperiais que para ali levava.

Nos seus seis anos de governo, foi sempre confrontado com a falta de homens, de navios e de dinheiro, além da falta de visão estratégica e a permanente suspeição do rei. Mas Afonso de Albuquerque tornou-se conhecido desde a Arábia até a China e conseguiu, de acordo com os seus planos, apossar-se dos pontos-chave³ do Oceano Índico.

Embaixadores da Pérsia, do Sião e da Abissínia vieram até ele pedindo a sua amizade, ao mesmo tempo que uma dúzia de pequenos reinos indianos tentavam informar-se dos seus propósitos, por meio de embaixadas.

Participou na esquadra enviada, em 1480, em socorro de D. Fernando II rei de Aragão, Sicília e Nápoles para reprimir o furor dos turcos que avançavam para a península itálica, através do Golfo de Tarento, e que culminaria na vitória dos cristãos em Otranto, em 1481.

Quando o Príncipe D. João ascendeu ao trono, como D. João II, em 1481, Albuquerque regressou a Portugal e foi nomeado seu estribeiro-mor. Mas em 1489 retornou ao serviço no Norte de África, onde comandou a defesa da fortaleza da Graciosa, que os portugueses tentaram construir na ilha que o Rio Luco forma junto da cidade de Larache e, em 1490, fez parte da guarda pessoal de D. João II, tendo regressado a Arzila em 1495, onde o seu irmão mais novo, Martim de Albuquerque, morreu combatendo ao seu lado.

Quando o novo rei D. Manuel I ascendeu ao trono, mostrou alguma reticência perante Afonso de Albuquerque, íntimo de D. João II e dezassete anos mais velho que o próprio monarca.

Mas em 6 de Abril de 1503, já numa idade madura (teria 50 anos) e com uma longa carreira militar, Afonso de Albuquerque partia para a sua primeira expedição para a Índia com o primo Francisco de Albuquerque, comandando cada um três naus onde

seguiam também Duarte Pacheco Pereira e Nicolau Coelho. Participaram em diversos combates contra as forças do Samorim de Calecute, conseguindo garantir a segurança do rajá de Cochim. Como recompensa pelos serviços prestados obtiveram autorização para construir uma feitoria em Cochim⁴ que seria o primeiro estabelecimento europeu na Índia e o ponto de partida para a expansão do Império Português do Oriente; estabeleceu ainda Albuquerque relações comerciais com o rajá de Couião. No regresso ao Reino, em Julho de 1504, mais cheio de glórias que de despojos, Afonso de Albuquerque foi bem recebido por D. Manuel I, a quem expôs a sua visão de um Império no Oriente, tendo por base a conquista de algumas posições estratégicas nos mares do Índico.

Quando D. Manuel I enviou Vasco da Gama à descoberta do caminho marítimo para a Índia, em 1497, o projecto português para o Oriente previa apenas o estabelecimento de relações comerciais com os soberanos locais e a instalação de feitorias nesses portos.

A inimizade declarada do principal soberano local - o Samorim de Calecute - influenciado pelos comerciantes muçulmanos ali estabelecidos, obrigou os portugueses a alterar progressivamente a sua política para o Índico.

Primeiro, desistindo de negociar em Calecute e efectuando acordos com os soberanos de Cochim e Cananor que se tornaram os primeiros entrepostos comerciais portugueses no Índico.

Os ataques que o Samorim, e os comerciantes muçulmanos seus aliados, entretanto desferem contra os aliados dos portugueses e contra as frotas enviadas de Lisboa, para o transporte das especiarias, implicou a necessidade de manter no Índico uma presença naval permanente, o que sucedeu a partir de finais de 1502, com a esquadra de Vicente Sodré.

Destas primeiras lutas sobressaem as batalhas navais travadas ao largo de Cananor, em 1502 e 1503, e as acções de Duarte Pacheco Pereira na defesa de Cochim.

Por outro lado, a rápida evolução dos acontecimentos e a dificuldade das comunicações com Lisboa - uma viagem de ida e volta ao Índico demorava cerca de 18 meses - obrigaria o monarca português a nomear um representante seu para a governação dos negócios da Índia.

Em 1505, a política portuguesa para o Índico passou pela nomeação de um Vice-Rei e a preparação de uma forte expedição militar que ficasse na Índia para defender os interesses portugueses. Para o seu comando foi nomeado D. Francisco de Almeida com um mandato de 3 anos.

O projecto do Vice-Rei passou pelo controlo dos mares indianos e a interdição da navegação dos navios muçulmanos e dos soberanos inimigos. Para os aliados, os portugueses criaram salvo-condutos - os cartazes - que lhes garantiam a livre navegação nas águas do Oceano Índico.

O desvio do comércio das especiarias para a Rota do Cabo, protagonizada logo pelas

primeiras viagens da Carreira da Índia, obrigou os antigos detentores desse comércio - egípcios e venezianos - a intervir ao lado do seu aliado Samorim para expulsar os portugueses daqueles mares.

Os portugueses iriam lutar não só com os navios indianos, mas com esquadras construídas e equipadas "à europeia". A derrota em Diu, em Fevereiro de 1509, de uma poderosa esquadra enviada do Egipto - e guarnecida com artilheiros venezianos - deixou livre o comércio dos portugueses, durante largos anos.

Aceite pelo monarca, o plano de Albuquerque, seguiu este para a Índia, em 1506, como Capitão-mor do Mar⁵ da Arábia. O rei confiara-lhe uma esquadra de cinco navios incorporados na armada de dezasseis, comandada por Tristão da Cunha, com destino à Índia. Mas até à ilha de Moçambique, Albuquerque iria debaixo das ordens do Capitão-mor⁶.

Seguiam com o objectivo de tomar a ilha Socotorá, na entrada do Mar Vermelho, e aí iniciar a construção de uma fortaleza, na esperança de com ela fechar o comércio com o Mar Vermelho; transportavam já um pequeno forte de madeira para apoiar os trabalhos iniciais⁷. Afonso de Albuquerque levava ainda uma carta com a missão que lhe fora ordenada pelo rei; uma vez cumprida a primeira parte da sua missão substituiria o Vice-rei D. Francisco de Almeida, que terminava o mandato dois anos depois. Antes de partir, Albuquerque legitimara, por Carta Régia de 26 de Fevereiro de 1506, um filho natural, Brás de Albuquerque, nascido em 1500, e redigira o seu testamento.

A 6 de Abril de 1506, as duas armadas partiram de Lisboa. Afonso de Albuquerque seguia pilotando o seu próprio navio, pois o piloto que lhe fora designado desaparecera pouco antes da partida. No canal de Moçambique encontraram João da Nova que, vindo da Índia, aí invernavia e reparava um rombo no casco do seu navio, a Flor de la Mar. Reparada a nau, juntaram-na à frota.

De Melinde, Tristão da Cunha deveria enviar uma expedição portuguesa para a Etiópia, que então se pensava estar próxima. A missão incluía o padre João Gomes, João Sanches e o tunisino Sid Mohammed; sem conseguir aportar a Melinde rumaram para a ilha de Socotorá, tendo Afonso de Albuquerque conseguido desembarcá-los em Filuk, próximo do Cabo Guardafui. Depois de realizarem alguns bem-sucedidos ataques contra as cidades árabes da costa oriental africana, seguiram para Socotorá, que tomaram em Agosto de 1507, iniciando a construção da projectada fortaleza⁸.

Em Socotorá, os caminhos dos dois capitães separaram-se: Tristão da Cunha partiu para a Índia, indo apoiar os portugueses concentrados em Cananor; Afonso de Albuquerque navegou com a sua frota de seis navios e quinhentos homens rumo à ilha de Ormuz no Golfo Pérsico, um dos pontos-chave do comércio no oriente e de acesso ao Golfo Pérsico. No percurso, ainda conquistaram as cidades de Curiate (Kuryat), Mascate e Corfacão (atual Khor Fakkan), e aceitaram a submissão das cidades de Kalhat e Soar (Sohar).

A 25 de Setembro de 1507, chegou Albuquerque a Ormuz precedido de uma temível reputação, que os ataques na costa africana lhe tinham conferido, e rapidamente

negociou a posse da ilha, tendo o soberano local aceitado tornar-se súbdito do rei de Portugal. Começava assim a ligação entre Albuquerque e o xá Ismail I (muitas vezes referido por Xequé Ismael), fundador do Império Saváfida⁹.

Com o acordo do rei de Ormuz, Albuquerque iniciou de imediato a construção do Forte de Nossa Senhora da Vitória (mais tarde baptizado como Forte de Nossa Senhora da Conceição). A primeira pedra seria colocada por Albuquerque, em 24 de Outubro, com pompa e entusiasmo, com os seus homens, de todas as condições, participando nos trabalhos de construção. Na sequência da crescente contestação dos seus capitães e fidalgos, que reclamavam dos duros trabalhos e das difíceis condições a que estavam sujeitos, vários navios abandonaram o Capitão-mor e desertaram para a Índia. Com a sua frota reduzida a dois navios e sem mantimentos, Afonso de Albuquerque viu-se obrigado a largar de Ormuz, em Abril de 1508. Voltou a Socotorá, onde encontrou a guarnição portuguesa sem mantimentos; para a reabastecer assaltou alguns navios muçulmanos e a cidade de [Kālhāt](#) (Bahrein). Voltou a Ormuz e só depois fez rumo à Índia.

Afonso de Albuquerque chegou a Cananor, em Dezembro de 1508. Aí, diante do Vice-rei D. Francisco de Almeida abriu a carta selada que recebera do rei nomeando-o Governador. D. Francisco de Almeida, junto do qual estavam os capitães que haviam abandonado Albuquerque em Ormuz, confirmou que a ordem também lhe fora participada, mas recusou-se a passar de imediato o cargo, considerando que o seu mandato terminava apenas em Janeiro e que pretendia ainda vingar a morte do seu filho em Chaúl, pela frota do emir Hussein¹⁰.

Afonso de Albuquerque acatou esta ordem sem confrontar D. Francisco de Almeida e foi para Cochim, onde ficou a aguardar indicações do Reino, sustentando do seu bolso a sua comitiva e, segundo Castanheda, suportando pacientemente a oposição declarada do grupo que se juntara em torno de D. Francisco de Almeida, com o qual mantinha contactos formais. Progressivamente ostracizado, Afonso de Albuquerque recusou sempre as aproximações dos que o desafiavam a tomar o poder.

A 3 de Fevereiro de 1509, D. Francisco de Almeida travou a Batalha Naval de Diu, que assumiu como vingança pessoal pela morte do seu filho Lourenço de Almeida. A sua vitória fulminante obrigou otomanos e mamelucos egípcios a abandonar as águas do Índico, permitindo o completo domínio português por mais de 30 anos.

Em Agosto, Afonso de Albuquerque foi considerado inapto para o Governo e D. Francisco de Almeida enviou-o para a fortaleza de Santo Ângelo em Cananor. Aí permaneceu isolado, numa situação que o próprio Albuquerque considerou ser sob prisão.

Em Setembro de 1509, uma frota comandada por Diogo Lopes de Sequeira avançou para a sua missão de contactar com o sultão de Malaca, estabelecer um acordo comercial e construir uma feitoria, para o que era portador de uma carta de D. Manuel I, escrita em árabe, para o monarca local Mahammed.

Uma campanha de intrigas conduzida pelos comerciantes muçulmanos, que detinham o comércio com a Índia, e apoiada pelo governador local Bendará, terminou numa

armadilha aos navios de Sequeira, rodeados por numerosos navios inimigos, obrigando á saída precipitada de 3 navios, mas ficando para trás dois navios incendiados, alguns mortos e 19 prisioneiros.

Em Outubro, chegou a Cananor o Marechal do Reino D. Fernando Coutinho. Era o mais importante fidalgo que até então tinha sido enviado para a Índia; parente de Afonso de Albuquerque, trazia uma armada de quinze naus e 3000 homens enviada pelo rei para tomar Calecute. A 4 de Novembro de 1509, Albuquerque iniciou o seu governo e logo demonstrou a sua energia e determinação como segundo governante do que seria o Estado Português da Índia, cargo que ocuparia até à sua morte.

Afonso de Albuquerque pretendia construir fortalezas em pontos estratégicos da costa, capazes de ser abastecidas por mar, para assim dominar o mundo muçulmano e controlar a rede de comércio no Índico, ideia a que D. Francisco de Almeida e os seus capitães se opunham, por entenderem que não havia capacidade para as manter.

O projecto imperial que Afonso de Albuquerque concebeu para Portugal conseguir o domínio do comércio do Índico, passava por três vectores:

- O domínio do mar através da presença de uma esquadra forte;
- A posse dos pontos-chave para a navegação que, dos mares adjacentes, se dirigia à península hindustânica;
- A criação de uma sede da governação.

O primeiro vector não era mais do que a continuação da política de D. Francisco de Almeida; garantir o controlo da navegação portuguesa e aliada e impedir o uso do mar a navios não autorizados.

Para a concretização do segundo vector, Albuquerque planeou conquistar as cidades que controlavam as entradas e saídas do Mar Vermelho (Áden), do Golfo Pérsico (Ormuz) e do Mar da China (Malaca).

Com esta configuração, os portugueses necessitavam de uma capital, central relativamente às várias possessões e que servisse de base e arsenal para a esquadra. Para sede do governo e capital foi escolhida a cidade de Goa, conquistada definitivamente em 1512.

Ormuz foi conquistada, em 1507, ainda antes de Albuquerque assumir as funções governativas. Áden nunca seria conquistada pelos portugueses, apesar das sucessivas tentativas desde 1509; como alternativa, os portugueses ocuparam temporariamente a Ilha de Socotorá, apesar das suas deficientes condições de habitabilidade.

Malaca, a grande cidade que controlava o estreito do mesmo nome, seria atacada e conquistada por Albuquerque, em 1511.

Em Janeiro de 1510, cumprindo as ordens do Reino e sabendo da ausência do Samorim, Afonso de Albuquerque avançou para o ataque a Calecute (hoje Kozhikode). Mas o Marechal D. Fernando Coutinho, contra os avisos do Governador, embrenhou-se com os seus homens, fascinados pelo saque, no interior da cidade e sofreu uma emboscada. Para o salvar, Afonso de Albuquerque teve que utilizar os seus homens e ordenar a retirada, tendo sido ferido com gravidade.

Falhado o ataque a Calecute, Afonso de Albuquerque reuniu uma poderosa armada de vinte e três naus com 1200 homens. Relatos contemporâneos afirmam que pretendia combater a frota mameluca egípcia no Mar Vermelho ou regressar a Ormuz. Contudo, informado por Timoja (um corsário hindu ao serviço do Reino de Bisnaga) da doença do sultão Hidalcão e das guerras entre os sultanatos do Decão, investiu de surpresa contra Goa no sultanato de Bijapur, o melhor porto comercial da região e entreposto de cavalos árabes para os sultanatos do Decão. Cumpria assim outra das ordens enviadas do reino¹¹, que não pretendia que os portugueses fossem vistos como eternos hóspedes de Cochim. A primeira investida deu-se entre 4 de Março e 20 de Maio de 1510. Nesta primeira ocupação, Albuquerque considerou ser impossível manter a cidade pelas más condições das suas fortificações, pela retracção do apoio inicial da população hindu e pela insubordinação dos seus capitães, após um forte contra-ataque de Ismail Adil Shah. Afonso de Albuquerque recusou um vantajoso acordo de paz e abandonou a cidade em Agosto.

A frota destroçada e a revolta palaciana que eclodira em Cochim dificultavam a sua recuperação. Quando chegaram novos navios do Reino, sob o comando do fidalgo Diogo Mendes de Vasconcelos, eles destinavam-se a Malaca, para cujo governo aquele vinha nomeado.

A 25 de Novembro, Albuquerque reapareceu em Goa com uma frota totalmente renovada e reforçada pelos navios de Diogo Mendes de Vasconcelos que, contrariado, colaborou no ataque e ainda com trezentos soldados malabares; em menos de um dia retomou a cidade a Ismail Adil Shah e aos seus aliados otomanos, que se renderam a 10 de Dezembro. Estima-se que 6.000 dos 9.000 defensores muçulmanos da cidade morreram, quer na violenta batalha nas ruas da cidade quer afogados quando tentavam escapar. Albuquerque reconquistou o apoio da população hindu, mas frustrou as expectativas de Timoja, que desejava ser o governador da cidade; mas Afonso de Albuquerque recompensou-o tornando-o representante do povo, como intérprete conhecedor dos costumes locais. Apesar de sofrer constantes ataques, Goa tornou-se o principal centro da presença portuguesa no Índico; a sua conquista trouxe o respeito dos reinos vizinhos: o sultão de Guzerate e o Samorim de Calecute enviaram mesmo embaixadas, oferecendo alianças, concessões e locais para os portugueses construírem fortalezas.

Em face das queixas de escassez de moeda local, Albuquerque iniciou, nesse ano em Goa, a primeira cunhagem de moeda portuguesa fora do Reino, aproveitando a oportunidade para anunciar a conquista territorial. A nova moeda que mantinha o peso, a forma e dimensão das moedas locais, apresentava numa face a cruz e na outra a esfera armilar, que D. Manuel então adoptara como seu símbolo.

Em Fevereiro de 1511, chegou a Afonso de Albuquerque, através de um mercador hindu chamado Nina Chatu, uma carta de Rui de Araújo, um dos prisioneiros portugueses deixados em Malaca por Diogo Lopes de Sequeira, instando-o a avançar com a maior armada possível, e dando pormenores sobre os procedimentos a tomar. Albuquerque mostrou-a a Diogo Mendes de Vasconcelos, argumentando com a necessidade de avançarem para Malaca com uma esquadra conjunta. Em Abril de 1511, após fortificar Goa, reuniu uma força de 18 navios com cerca de 900 portugueses e 200 mercenários hindus.

Contrariando as ordens do Reino e sob os protestos de Diogo Mendes de Vasconcelos, que reclamava para si o comando da expedição, largou de Goa para o sultanato de Malaca¹², preparado para conquistar aquele importante porto e libertar os portugueses ali mantidos sob prisão desde 1509. Sob as suas ordens ia Fernão de Magalhães, que participara na falhada embaixada de Diogo Lopes de Sequeira, em 1509.

Após uma falsa partida em direcção ao Mar Vermelho, para enganar os agentes inimigos, contornou o Cabo Comorim e dirigiu-se para o estreito de Malaca. Esta era a maior e mais rica cidade que os portugueses tentavam conquistar; era, no início do século XVI, um dos mais importantes e ricos portos do Oriente e dominava o comércio oceânico que ligava o extremo oriente - China e Molucas - à Índia. Era o centro de uma imensa rede que reunia mercadores malaios, guzerates, chineses, japoneses, javaneses, bengaleses, persas e árabes, entre outros, num comércio, descrito por Tomé Pires, como sendo de valores incalculáveis.

Apesar da sua enorme riqueza, a cidade apresentava-se com uma maioria de construções em madeira e sendo raros os edifícios de alvenaria. Em contrapartida era defendida por um numeroso exército de mercenários, estimado em 20.000 homens e possuindo um trem de artilharia estimado em mais de 2.000 peças. A maior fraqueza daquele potentado era a impopularidade do Governo do sultão Mahmud Shah, que ao privilegiar os comerciantes muçulmanos tinha gerado a insatisfação dos mercadores das restantes etnias.

Surgindo diante da poderosa cidade, em 1 de Julho, com uma esquadra portuguesa de 18 navios e 2.500 homens, Albuquerque entrou com os seus navios no porto, ornamentados com pendões e disparando salvas de canhão.

Declarou-se então senhor de toda a navegação, e exigiu ao sultão que libertasse os prisioneiros portugueses de 1509, que pagasse os danos causados e ainda autorização para construir uma feitoria fortificada. O sultão libertou os portugueses, mas não se mostrou impressionado face ao pequeno contingente português.

Apoiado por outros monarcas seus vizinhos o soberano de Malaca foi recusando as sucessivas propostas portuguesas, ao mesmo tempo que se assistia à partida, depois de obtida a autorização do governador português, dos comerciantes chineses, receosos dos resultados da intervenção portuguesa.

Albuquerque, grande devoto do apóstolo Santiago, decide atacar a cidade no dia daquele santo, 4 de Julho.

A cidade era dividida pelo Rio de Malaca, e ligada apenas por uma ponte, que assim se tornava um ponto estratégico.

Segundo o parecer de Rui Araújo, que já conhecia bem a cidade, os portugueses deveriam prioritariamente apoderar-se da ponte que dava acesso à cidade e a ligava à povoação de Dupe, ficando deste modo as forças inimigas separadas. Segundo Araújo, a ponte, uma vez tomada, poderia ser defendida por 100 homens contra qualquer exército que a atacasse. Quanto ao resto das forças portuguesas deveriam acometer a cidade por várias frentes.

A 25 de Julho, ao amanhecer, os portugueses desembarcaram, sendo atacados com flechas envenenadas, e após uma luta renhida conseguiram dominar a ponte ao entardecer; mas, a falta de reacção das tropas do sultão, levou-os a regressar aos navios antes de escurecer.

Depois de violentos combates, os portugueses conseguiram apoderar-se da ponte, onde se fortificaram, enquanto Albuquerque acometeu a cidade e chegou a deitar fogo a uma parte dela destruindo um dos palácios do rei.

Albuquerque incendiou alguns navios no porto e quatro edifícios costeiros, para pressionar uma resposta do sultão.

O cansaço e a falta de víveres bem como a incompleta fortificação do local, levou Albuquerque, ao pôr-do-sol, a mandar abandonar a ponte e recolher os seus defensores para os navios.

Seguiu-se uma semana de tréguas. Albuquerque descansou os seus homens enquanto aguardava a reacção do sultão. Os mercadores locais começaram a aproximar-se sucessivamente, apelando aos portugueses por protecção. Foram-lhes dadas bandeiras para assinalar os seus estabelecimentos, sinal de que não seriam saqueados.

Com a chegada das marés vivas, lançou Albuquerque novo assalto à cidade, concentrando-se desta vez, todo o esforço na conquista da ponte.

Preparou-se um junco alto que fora oferecido aos portugueses por mercadores chineses, uma caravela e uma grande galé enchendo-os com homens, artilharia e sacos de areia e levando abastecimentos e munições para vários dias. Comandado por António de Abreu, o junco subiu o rio na maré alta, até à ponte; no dia seguinte, todo contingente português desembarcou. Investindo de rompante, derrubando as barricadas que os defensores tinham construído.

Conquistada esta, seguiu-se a posse da mesquita e das tranqueiras que defendiam a entrada da cidade pelos capitães Jorge Nunes de Leão, Nuno Vaz de Castelo-Branco, Jaime Teixeira e Dinis Fernandes de Melo.

O sultão finalmente apareceu, chefiando o seu exército de elefantes de guerra para esmagar os invasores. Apesar do espanto, que o seu aparecimento causou, um dos

portugueses, Fernão Gomes de Lemos, aproximou-se e espicçou um dos animais com uma lança, fazendo-o erguer-se e recuar. Outros portugueses imitaram-no e a frente de elefantes recuou em pânico, derrubando o exército que os seguia, e o próprio sultão, lançando o caos e dispersando-o.

Fortificados nestas posições, Albuquerque mandou que os navios bombardeassem a cidade durante a noite, impedindo o inimigo de refazer as suas defesas e procurar alimentos. Durante dez dias foi a cidade bombardeada, findos os quais começou a debandada do inimigo e a fuga do rei e dos seus aliados guzerates para o Sião com a família e a Corte.

Em 24 de Agosto, os portugueses atacaram de novo, mas o sultão havia partido. Sob ordens firmes de procederem ao saque da cidade, respeitando as bandeiras, este foi, mesmo assim, de um valor fabuloso.

Contam-nos os Comentários do Grande Afonso de Albuquerque¹³ este episódio naval da conquista da cidade do modo que adiante transcrevemos, com uma livre actualização do texto.

Vendo o grande Afonso de Albuquerque que o rei (de Malaca)... tornava a fazer estâncias na ponte com gente e artilharia para se defender ... ordenou que um grande junco com muita gente e artilharia, porque são navios muito alterosos e ficava sobranceiro sobre a ponte, para que os nossos se valessem dele e mais a seu salvo pudessem acometer as estâncias que os mouros tinham feito. E fez capitão do junco a António Dabreu e mandou-lhe que ordenasse nele aposentamento para gente e mantimentos e todas as coisas necessárias para aquele feito porque vindo alguma grande chuva se pudessem recolher a ele e os mantimentos de que tinha muita necessidade, se não perdessem.

E para guarda deste junco mandou uma caravela de que era capitão Simão Afonso e a galé grande em que ia Duarte da silva por capitão para o rebocarem e prestes tendo isto disse a António Dabreu que se fosse pelo rio acima e passasse uma coroa de areia que estava antes de chegar à ponte e que ele (Afonso de Albuquerque) com toda a mais gente o iria seguindo; e porque o junco demandasse muita água e a não pode passar por serem águas mortas, ... que lhe foi forçado esperar as águas vivas.

O rei de Malaca como viu que o junco não podia passar a coroa e que todavia estava ali e não tornava para trás, mandou 4 barcas cheias de lenha, breu e azeite para o queimarem, e em a maré começando a descer, lhe punham fogo e a deixavam ir ao som da água pelo rio abaixo, directos ao junco e isto fizeram por nove noites contínuas. Vendo Afonso de Albuquerque a ordem em que os mouros punham para lhe queimarem o junco, mandou os capitães, repartidos cada noite, que fossem dormir junto dele nos bateis, e com gुरुpezes e arpéus com cadeias de ferro desviassem os barcos, que vinham acesos, de maneira que se não queimasse o junco, e eles ordenaram-se também que este ardil dos mouros ficou em vão, e nesta detença, que se fez em esperarem pelas águas vivas, mandou Afonso de Albuquerque aos ferreiros que concertassem todas as armas, e ao Feitor da armada que tivesse prestes pipas, machados, enxadas, picões e tudo o

necessário para que ganhando-se a ponte, fizessem logo estâncias nela, e que mandasse fazer mantas para que debaixo do amparo delas andasse a nossa gente mais segura das bombardas dos inimigos.

O monarca esperava, de acordo com os costumes orientais, que depois do saque da cidade os invasores se retirassem. Para sua surpresa, os intrusos não só não partiram como começaram a construir uma igreja, sinal de que tinham a intenção de ficar.

Estabelecidos os portugueses em Malaca, em 24 de Agosto de 1511¹⁴, Albuquerque tratou de repor o funcionamento do comércio e da navegação, abrindo aos portugueses o caminho para as rotas comerciais com o Sião, Cochinchina, Tonquim, China e Arquipélago Malaio.

Albuquerque permaneceu na cidade, construindo de imediato uma fortaleza, preparando as defesas contra um eventual contra-ataque malaio, distribuindo os seus homens por turnos e utilizando na construção as pedras da mesquita e do cemitério. Apesar dos atrasos causados pelo calor e pela malária, a fortaleza estava concluída em Novembro, ficando conhecida como a famosa, da qual hoje apenas resta uma porta. Albuquerque mandou então gravar uma grande pedra com os nomes dos principais participantes na conquista. Como não houve acordo quanto à ordem em que deveriam surgir, Albuquerque tê-la-á mandado assentar voltada para a parede, e apenas com a inscrição em latim *Lapidem quem reprobaverunt aedificantes* (a pedra que os construtores rejeitaram)¹⁵.

Albuquerque estabeleceu em Malaca uma administração portuguesa, nomeando como feitor Rui de Araújo e tendo designado Nina Chatu para substituir o anterior bendahara, como representante da população kafir e conselheiro do Governador português. Além do auxílio na governação da cidade e na cunhagem de moeda, aquele mercador forneceu ainda os juncos em que embarcaram as diversas missões diplomáticas, enviadas por Albuquerque aos seus vizinhos e aos seus parceiros comerciais. Por outro lado, prendeu e executou o poderoso mercador javanês Utimuta Raja, a quem nomeara representante da população javanesa, mas que manteve contactos, no exílio, com o deposto monarca.

Em Malaca, Albuquerque actuou também no âmbito diplomático mostrando-se generoso com os mercadores do sudeste asiático, nomeadamente com os chineses, com a esperança que estes divulgassem as suas boas relações com os portugueses e assim facilitassem as negociações com a China. Foram enviadas várias missões diplomáticas aos territórios vizinhos; Rui Nunes da Cunha foi enviado para o Pegu (actual Myanmar), com o rei Binyaram a enviar mais tarde, um seu emissário a Cochim, em 1514.

Conhecendo as ambições do Reino do Sião (actual Tailândia) sobre Malaca, enviou também Duarte Fernandes em missão diplomática àquele Reino, onde foi o primeiro europeu a chegar, viajando num junco chinês que retornava à China, e estabelecendo logo as relações amigáveis entre os reinos de Portugal e do Sião.

Ao tomar conhecimento da localização das chamadas ilhas das especiarias, Albuquerque ordenou a partida, logo em Novembro desse ano, dos primeiros navios portugueses para o sudeste asiático, comandados pelos seus homens de confiança - António de Abreu e

Francisco Serrão - guiados por pilotos malaios. Serão os primeiros europeus a chegar às Ilhas de Banda no arquipélago das Molucas. Mas a nau de Serrão viria a encalhar próximo de Ceram e o sultão de Ternate, Abu Lais, vendo ali uma oportunidade de se aliar com uma poderosa nação estrangeira, resgatou a guarnição e levou-os para Ternate, em 1512. A partir daquela data ficaram os portugueses autorizados a erguer uma feitoria fortificada naquela ilha, situada na estratégica passagem para o Oceano Pacífico: o Forte de São João Baptista de Ternate.

Numa outra missão ordenada por Afonso de Albuquerque, o navegador Jorge Álvares, partindo do Pegu, no início de 1513, obteve autorização para aportar na Ilha de Lintin, no delta do Rio das Pérolas, no sul da China. Depois, Afonso de Albuquerque enviou ainda Rafael Perestrelo, em navios de Malaca, ao sul da China, procurando estabelecer relações comerciais com os Imperadores da Dinastia Ming. Perestrelo navegou até Cantão (Guangzhou), em 1513 e de novo em 1515-1516, para aí comerciar com mercadores chineses. Estas expedições, junto com as realizadas por Tomé Pires e Fernão Pires de Andrade, foram os primeiros contactos diplomáticos e comerciais directos de europeus com a China¹⁶.

Após quase um ano de permanência em Malaca, Albuquerque regressa à Índia com o valioso espólio da conquista da cidade. Na noite de 20 de Novembro de 1511, uma tempestade fez naufragar a velha nau Flor de la Mar onde seguia Afonso de Albuquerque. O naufrágio fez numerosas vítimas, e Albuquerque salvou-se em condições difíceis apenas com a roupa que trazia, com auxílio de uma jangada improvisada. Perdeu-se assim todo o valioso saque da conquista de Malaca, presentes do rei do Sião para o rei de Portugal e toda a fortuna do Governador¹⁷.

O navio estava ainda carregado com os saques acumulados por Albuquerque nas suas campanhas, que segundo alguns autores incluíam os de 28 cidades costeiras da costa hindustânica. Nos seus despojos contavam-se 28 toneladas de figuras de Buda, animais, pássaros e outros objectos em ouro e mais de 200 cofres de pedras preciosas e pérolas. Transportava ainda muita artilharia e 6 grandes leões de bronze, que o Imperador da China tinha oferecido ao Rei de Malaca, e que Albuquerque reservava para ornamentar o seu túmulo. Vinham também dois castelos de madeira paramentada de brocados que o Rei de Malaca trazia nos seus elefantes, andores muito ricos, todos forrados a ouro, muitas jóias de ouro e pedraria e uma mesa de pés de ouro oferecida a D. Manuel I pelo Rei de Ormuz, mas que a pressa em largar de Goa tinha impedido que ali fosse deixada.

Saídos de Malaca, os navios portugueses demandaram o canal por onde tinham vindo da Índia e passados os baixos de Capacia, determinou o Capitão-mor que a nau Enxobregas e o junco navegassem em conserva para que os jaus¹⁸ que iam a bordo não organizassem nenhuma revolta contra os poucos portugueses que ali seguiam.

O Capitão-mor manteve-se de conserva com Pêro de Alpoim, na nau Trindade, mas os pilotos de Albuquerque não deram o necessário resguardo aos baixos existentes na costa de Sumatra, diante do Reino de Darú; ao chegar à ponta de Timia, na ilha de Sumatra, numa noite de forte tempestade a nau Flor de la Mar foi atirada contra uns baixios, indo

tomar assento sobre uma laje lavada de água onde logo se partiu em duas, por ser já muito velha e os mares grossos.

Estiveram assim em grande perigo, sem puderem comunicar entre as duas metades em que o navio se partiu, ou ajudar mutuamente, ou ainda terem ajuda das outras naus, por ser noite e porque cada um dos navios tinha de tratar, prioritariamente da sua segurança.

Pêro de Alpoim, que navegava mais ao largo, ouviu os gritos dos sobreviventes e apercebeu-se da perda da nau-capitânia; aproximou-se e ali se manteve durante a noite, fundeado. Pela manhã, tentaram com os batéis das duas naus recolher os náufragos, mas ambos se despedaçaram contra os costados devido ao mar alteroso.

Dinis Fernandes de Melo mandou preparar uma grande jangada de tábuas sobre paus, onde se recolhessem até ao amanhecer; Albuquerque embarcou, vestido com uma jaqueta parda e amarrado a um cabo.

Na jangada todos os seus ocupantes iam amarrados para que o mar os não levasse; alguns marinheiros remavam com umas tábuas a fazer de remos até que da nau Trindade lhes lançaram uns cabos amarrados a baldes; a muito custo e com enorme esforço conseguiram chegar à Trindade. Outros sobreviventes viriam a ser recolhidos depois de se lançarem ao mar noutra jangada.

O estado do mar e o forte vento empurravam a segunda jangada em direcção a terra e foi com enorme risco que a nau Trindade se aproximou de terra para a recolher, ficando depois fundeada em 3 braças (5,4 metros) até que o vento lhes permitiu sair dali.

O junco de Simão Martins, que fazia parte da esquadra, onde vinham Jorge Nunes de Leão com 13 portugueses e 30 malabares¹⁹ de Cochim, também tentou recolher alguns sobreviventes, mas, encontrando-se já a sotavento, foi forçado a dar a volta pelo largo e deixou de ser visto. Também este se perdeu, porque os jaus que o mareavam levantaram-se contra os portugueses e entraram com o navio no porto de Asu onde a sua carga foi roubada e os portugueses detidos, tendo falecido na luta Simão Martins e mais alguns portugueses.

Albuquerque navegou para Cochim. Não o fez para Goa, porque ali estalara uma grave revolta liderada pelas forças de Ismael Adil Shah, sultão de Bijapur, e por Rasul Khan, com a ajuda de alguns fidalgos portugueses opositores de Albuquerque. Enquanto se ausentara em Malaca, os portugueses que se opunham à tomada de Goa tinham renunciado à sua posse, tendo mesmo escrito ao Rei D. Manuel I, afirmando que seria melhor deixá-la. Impedido de navegar pela monção e com poucas forças disponíveis, o Governador teve que esperar a chegada das naus da Carreira da Índia. Tendo largado de Lisboa, em 25 de Março de 1512, com 12 navios, as duas esquadras eram comandadas pelo sobrinho de Albuquerque, D. Garcia de Noronha e por Jorge de Mello Pereira.

Em 10 de Setembro de 1512, Albuquerque partiu de Cochim para Goa com catorze navios e 1.700 soldados, para recuperar a fortaleza; preparou trincheiras e o derrube da

muralha, mas na manhã do planejado ataque, Rasul Khan rendeu-se.

Albuquerque exigiu a devolução do forte com toda a artilharia, munições e cavalos, e que os desertores portugueses lhe fossem entregues. Alguns tinham-se juntado a Rasul Khan ao serem forçados a fugir de Goa, em Maio de 1510, e outros, mais recentemente, durante o cerco. Rasul Khan aceitou com a condição de que as suas vidas fossem poupadas, tendo abandonado definitivamente Goa.

Albuquerque manteve a sua palavra, mas puniu os desertores, mutilando-os antes de os fazer regressar ao Reino. Um deles, de nome Fernão Lopes, fugiu na ilha de Santa Helena ali levando, durante muitos anos, uma vida de Robinson Crusóé.

Após estas medidas Albuquerque ocupou-se em tornar a cidade a mais florescente das possessões portuguesas na Índia.

Em Dezembro de 1512, chegou a Goa o embaixador Mateus, enviado pela rainha regente Eleni da Etiópia, na sequência da chegada àquele país dos enviados de Tristão da Cunha, em 1507. Seguiria como embaixador para o rei D. Manuel I e para o Papa Leão X, em busca de uma aliança para fazer face ao crescente poder otomano na região.

Albuquerque largou para o Mar Vermelho, em Fevereiro de 1513, com uma força de 20 navios e cerca de 1.000 portugueses e 400 soldados malabares. Recuperava-se a missão de garantir o domínio deste mar para Portugal. A árida ilha de Socotorá revelara-se ineficaz para controlar a entrada do Mar Vermelho e fora abandonada. A ideia de Albuquerque para que Massawa se tornasse uma base portuguesa poderá ter sido influenciada pelos seus contactos com o embaixador Mateus.

Sabendo que os mamelucos do Egipto preparavam uma nova esquadra no Suez, Albuquerque quis avançar antes que os reforços chegassem a Áden e, assim, sitiou a cidade. Áden era uma cidade fortificada e apesar de ir equipado com escadas de assalto estas quebraram-se com o peso dos soldados. Após meio-dia de combates, as forças de Albuquerque acabaram por retirar para os navios. Cruzaram então o estreito de Bab-el-Mandeb, e penetraram no interior do Mar Vermelho, sendo a primeira frota europeia a ter navegado naquelas águas.

Albuquerque tentava chegar a Jeddah, mas os ventos foram-lhe desfavoráveis e em Maio recolheram à ilha de Kamaran, onde as doenças e falta de água doce forçou os portugueses a retirar. Em Agosto de 1513, após uma segunda tentativa para conquistar Áden, Albuquerque voltou para a Índia, sem resultados táticos significativos nesta expedição. Mas estrategicamente, a presença dos navios portugueses no Mar Vermelho, considerado um lago muçulmano, provocou-lhes sérios receios por verem ameaçada a sua segurança no porto de Suez.

Albuquerque desejava, a todo o custo, destruir o poder dos muçulmanos do Egipto. Entre as intenções mais demonstrativas do seu temperamento destacam-se a ideia de desviar o curso do Rio Nilo para provocar a seca naquele país, e o plano de se apoderar da pedra sagrada de Meca, sequestrando-a como penhor enquanto os muçulmanos não

entregassem o Santo Sepulcro de Jerusalém, que ameaçavam destruir.

O ano de 1514 dedicou-o Afonso de Albuquerque à administração e à diplomacia; concluiu a paz com o Samorim de Calecute, recebeu embaixadas e consolidou a presença em Goa. Desde 1511 que Albuquerque incentivava os casamentos dos seus homens com mulheres locais, numa manobra para promover a sua fixação; o rei de Portugal atribuía o estatuto de homem livre e a isenção de pagamento de impostos à Coroa aos então conhecidos como casados, ou homens casados e que se aventuraram a estabelecer-se no exterior. Com o encorajamento de Albuquerque, e apesar de alguma oposição, os casamentos mistos foram uma realidade. Também colocou numerosos homens locais em cargos da administração portuguesa e não interferiu nas tradições locais, com excepção da imolação das viúvas - o sati -, que proibiu.

No início de 1514, foi enviada ao Papa Leão X a faustosa embaixada do rei D. Manuel I, liderada por Tristão da Cunha, que percorreu as ruas de Roma num exótico desfile de animais e riquezas dos novos territórios, que impressionaram os embaixadores de todos os Estados da Europa.

Nesse ano, também Afonso de Albuquerque enviara embaixadores ao Sultão Muzafar II de Cambaia (Guzerate), pedindo autorização para construir uma fortaleza em Diu. A missão voltou sem acordo, mas foram trocados presentes diplomáticos, que incluíram um Rinoceronte indiano. Albuquerque enviou-o ao Rei D. Manuel I, que, por sua vez, o enviou como presente ao Papa Leão X. O animal, que viria a morrer num naufrágio na costa italiana, esteve na origem do famoso rinoceronte de Dürer que o pintor alemão [Albrecht Dürer](#) desenhou, sem nunca ter visto um rinoceronte real, apenas baseado numa descrição escrita do mesmo.

O prestígio de Albuquerque atingia o seu auge na Índia; estavam criadas as bases do Império Português no Oriente e sendo chamado o Grande pelas heróicas façanhas com que encheu de admiração a Europa e de pasmo e terror a Ásia²⁰.

Em Março de 1515, Albuquerque estava em Ormuz, onde veio restabelecer o seu domínio, tendo a ilha do Golfo Pérsico capitulado sem resistência. Concluída a construção da fortaleza de Ormuz, Albuquerque continuava os seus esforços diplomáticos para levar por diante o seu plano de domínio dos pontos estratégicos que permitiriam o controlo marítimo do Oceano Índico e com ele, o monopólio comercial da Índia, recebendo e enviando embaixadores; mas estava cada vez mais doente e, em Novembro, decidiu voltar a Goa, mas não sobreviveu à viagem.

No regresso de Ormuz, à entrada do porto de Goa, cruzou-se com um navio vindo do Reino e que lhe transmitiu a notícia da sua substituição pelo seu inimigo pessoal Lopo Soares de Albergaria, líder do grupo que se lhe opusera quando da substituição do Vice-Rei. O golpe foi demasiado para Afonso de Albuquerque, que morreu no mar, a 16 de Dezembro de 1515. É-lhe atribuída a frase Mal com el-rei por amor dos homens, mal com os homens por amor de el-rei, que terá exclamado ao saber da notícia.

A carreira de Afonso de Albuquerque teve, assim, um final doloroso. Na Corte portuguesa

tinha vários inimigos que não perdiam a oportunidade de espicaçar a inveja do rei D. Manuel I contra ele, insinuando que pretendia a independência do poder na Índia. A sua conduta, por vezes imprudente e tirânica, serviu estes fins na perfeição.

Pouco antes de morrer, em resposta a uma carta do rei admoestando-o pelos gastos e conquistas excessivas, e por não se ter dedicado ao objectivo inicial, escreveu-lhe uma carta em tom digno e afectuoso, assumindo a sua conduta e pedindo para o seu filho natural as honras e recompensas que eram justamente devidas a si próprio:

“Senhor. – Eu nam escrevo a vos alteza per minha mão, porque, quando esta faço, tenho muito grande saluço, que he sinal de morrer: eu, senhor, deixo quá ese filho per minha memória, a que deixo toda minha fazemda, que he assaz de pouca, mas deixo lhe a obrigação de todos meus seruiços, que he mui grande: as cousas da india ellas falarám por mim e por elle: deixo a india com as principaes cabeças tomadas em voso poder, sem nela ficar outra pendença senam cerrar se e mui bem a porta do estreito; isto he o que me vosa alteza encomendou: eu, senhor, vos dey sempre por comselho, pera segurar de lá india, irdes vos tirando de despesas: peço a vos alteza por mercee que se lembre de tudo isto, e que me faça meu filho grande, e lhe dè toda satisfaçam de meu seruiço: todas minhas confianças pus nas mãs de vos alteza e da senhora Rainha, a elles m emcomemdo, que façam minhas cousas grandes, pois acabo em cousas de voso seruiço, e por elles vollo tenho merecido; e as minhas tenças, as quaes comprey pela maior parte, como vossa alteza sabe, beijar lh ey as mãos pollas em meu filho: escrita no mar a 6 dias de dezembro de 1515. Afomso dalbuquerque²¹.

O rei D. Manuel I, que enviara Lopo Soares de Albergaria, em Março de 1515, viria a ter conhecimento, em Agosto, através de contactos em Veneza, que o sultão mameluco do Cairo, incomodado com os avanços de Albuquerque no Mar Vermelho, preparara no Suez uma frota com homens e artilharia prontos para investir contra os portugueses na Índia e, principalmente, contra Ormuz. Temendo os seus efeitos e arrependido de ter substituído Albuquerque, escreveu de imediato a Lopo Soares, pedindo-lhe que, caso já tivesse iniciado a sua governação, devolvesse a Albuquerque o comando das operações, provendo-o dos meios necessários para que ele pudesse derrotar as forças inimigas. Contudo, quando a carta chegou, Albuquerque já tinha falecido²².

Segundo seu filho, Brás de Albuquerque, antes de falecer, Albuquerque pediu para vestir o manto da Ordem Militar de Santiago de que era comendador. Em Goa, o seu corpo era esperado por uma enorme multidão que não queria acreditar que o Grande Albuquerque tinha falecido. Foi sepultado na igreja de Nossa Senhora da Serra em Goa, que mandara edificar, em 1513, em cumprimento de um voto por se ter salvo com a sua nau de uns baixios na ilha de Kamaran²³. Só passados 51 anos foi trasladado, como dispusera no seu testamento²⁴, para o convento de Nossa Senhora da Graça dos Religiosos Eremitas de Santo Agostinho da Corte, para onde foi conduzido, com pompa, em 19 de Maio de 1566²⁵. Esta igreja seria destruída pelo terramoto de Lisboa de 1755 e, na sua reconstrução, perdeu-se o rasto do túmulo original.

Bibliografia

FONTES

BARROS, João de. Da Ásia (9 volumes). Livraria San Carlos. Lisboa, 1973.

CAMÕES, Luís de. Os Lusíadas. Edição Especial para as Comemorações Henriquinas. Ministério da Marinha, Lisboa, 1960.

CASTANHEDA, Fernão Lopes de. História Do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses (2 volumes). Lello & Irmãos Editores. Porto, 1979.

CORREIA, Gaspar. Lendas da Índia (4 volumes). Lello & Irmãos Editores. Porto, 1975.

COUTO, Diogo do. “Décadas da Ásia”, década X, livro I.

Crónica do Descobrimento e Primeiras Conquistas da Índia pelos Portugueses, (Introdução, leitura, atualização, anotações e glossário por Luís de Albuquerque), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.

MONOGRAFIAS

ALBUQUERQUE, Brás de (1774). Commentarios do grande Afonso Dalboquerque, parte IV”, pp. 200-206.

BOXER, Charles R.. O Império Marítimo Português 1415-1825. Edições 70. Lisboa, 1992.

COSTA, João Paulo Oliveira e. D. Manuel I (1469-1521), Um Príncipe do Renascimento. Círculo de Leitores, Lisboa, 2005.

COUTINHO, Gago. Náutica dos Descobrimentos (2 volumes). Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1968.

DIFFIE, B. W., WINIUS, G. D. A Fundação do Império Português, 1415-1580. Vega, Lisboa, 1993.

ESPARTEIRO, António Marques. Dicionário Ilustrado de Marinha. Lisboa, Clássica Editora, 2001.

FIRMINO, Julio, BIKER, Judice. “Collecção de Tratados e concertos de pazes que o Estado da India Portuguesa fez com os Reis e Senhores com quem teve relações nas partes da Asia e Africa Oriental desde o principio da conquista até ao fim do seculo XVIII”, Asian Educational Services, 1995.

LEITÃO, Comandante Humberto e LOPES, Comandante J. Vicente. Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual. Edições Culturais de Marinha, Lisboa, 1990.

MACHADO, Diogo Barbosa. Bibliotheca Lusitana, Tomo I, p. 23.

MONTEIRO, Armando da Silva Saturnino. Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa (8 Volumes). Sá da Costa Editora, Lisboa, 1990-97.

PEREIRA, José António Rodrigues. Grandes Batalhas Navais Portuguesas. Esfera dos Livros. Lisboa, 2009.

PEREIRA, José António Rodrigues. Marinha Portuguesa nove Séculos de História. Edições Culturais da Marinha. Lisboa, 2010.

PEREIRA, José António Rodrigues. Homens do Mar. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2019.

PISSARRA, José Virgílio Amaro. Chaul e Diu 1508 e 1509. O Domínio do Índico. Lisboa, Prefácio, 2002.

SELVAGEM, Carlos. Portugal Militar. Imprensa Nacional. Lisboa, 1931.

SMITH, Adam. A Riqueza das Nações. 3.^a edição. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2017.

* NOTA DO AUTOR. Este não é o primeiro trabalho que redijo sobre a vida e obra de Afonso de Albuquerque. Numa biografia é, por vezes, difícil não repetir as mesmas frases ou parágrafos. Por isso, é possível que estejam repetidas, neste texto, alguns parágrafos já publicados em trabalhos anteriores.

[1](#) Alguns autores dão as datas de 1461 ou 1462.

[2](#) Descendia de Afonso Sanches, filho natural de D. Dinis.

[3](#) A que os ingleses chamam Choke-points, pontos de passagem obrigatória da navegação.

[4](#) A que chamaram Forte Manuel, em homenagem ao Rei de Portugal.

[5](#) Capitão-mor de uma Armada, incumbido de operar em determinada região marítima. In Comandantes LEITÃO, Humberto e LOPES, J. Vicente (1990), Dicionário da linguagem de Marinha antiga e actual. 3.^a ed., Lisboa: Edições Culturais da Marinha.

[6](#) COUTO, Diogo. Décadas da Ásia. Década X, Livro I.

[7](#) CASTANHEDA, [Fernão Lopes de](#). História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses, Livro I, Capítulo XIX, pp. 121-122.

[8](#) Seria abandonada quatro anos depois por ineficiente para o controlo do estreito de Bab-el-Mandeb.

[9](#) Segundo Brás de Albuquerque foi o Xá Ismail quem atribuiu a Albuquerque o epíteto de Leão dos Mares.

[10](#) Mirocem dos cronistas portugueses.

[11](#) Como está bem expresso na carta que enviou ao Rei, após a conquista.

[12](#) Afonso e Albuquerque acabou por centralizar o poder no Índico. Após a conquista de Malaca escreveu uma carta ao Rei onde relatava o desentendimento com Diogo Mendes, sugerindo que futuras divisões poderiam ser prejudiciais aos portugueses na Índia. Veja-se DIFFIE, B. W., WINIUS, G. D. A Fundação do Império Português, 1415-1580, p. 255.

[13](#) ALBUQUERQUE, Brás de. Comentários do Grande Afonso de Albuquerque.

[14](#) Aquela importante cidade ficaria na posse dos portugueses até 1640.

[15](#) ALBUQUERQUE, Brás de. Comentários do Grande Afonso de Albuquerque. Outros autores, como Gaspar Correia (Lendas da Índia) e João de Barros (Décadas) refiram o episódio como tendo ocorrido na fortaleza de Goa.

[16](#) Contudo, após a morte do Imperador Zhengde, em 19 de Abril de 1521, facções conservadoras, procurando limitar a influência dos eunucos na Corte, rejeitaram nova embaixada portuguesa, travando batalhas navais com os portugueses em Tuen Mun. Tomé Pires foi forçado a escrever cartas para Malaca afirmando que ele e outros embaixadores só seriam libertados da prisão na China se os portugueses cedessem o controlo de Malaca, devolvendo-a ao deposto sultão de Malaca (que fora anteriormente um tributário da dinastia Ming). Tomé Pires acabaria por não regressar (veja-se Mote, Frederick W. and Denis Twitchett. (1998). The Cambridge History of China; Volume 7-8. Cambridge: Cambridge University Press. ISBN 0-521-24333-5 (Hardback edition), p. 340) Apesar disso, as relações dos portugueses com a China seriam normalizadas de novo, em 1540, e em 1557 foi estabelecida uma base portuguesa permanente em Macau, no sul da

China, autorizada pela Corte Ming.

[17](#)A nau Flor de La Mar (ou Frol de la Mar) e o seu lendário tesouro é ainda hoje um dos navios mais ambicionados pelos caçadores de tesouros; uma sua réplica abriga o Museu Marítimo de Malaca.

[18](#)Designação que os portugueses davam aos habitantes da ilha de Java.

[19](#)Designação que davam aos originários do Sudoeste da Índia.

[20](#)MACHADO, Diogo Barbosa Bibliotheca Lusitana, p. 23.

[21](#)FIRMINO, Julio, BIKER, Judice. "Collecção de Tratados e concertos de pazes que o Estado da India Portuguesa fez com os Reis e Senhores com quem teve relações nas partes da Asia e Africa Oriental desde o principio da conquista até ao fim do seculo XVIII", Asian Educational Services, 1995.

[22](#)ALBUQUERQUE, Brás de. Comentários do Grande Afonso de Albuquerque, parte IV, pp. 200-206.

[23](#)Esta igreja foi demolida entre 1811 e 1812, durante o breve período de ocupação britânica de Goa.

[24](#)A 24 de Março de 1506, data da sua partida para a Índia, Afonso de Albuquerque, deixou um testamento instituindo capela na igreja do Convento da Graça, onde estavam sepultados seu pai e seu bisavô.

[25](#)MACHADO, Diogo Barbosa Bibliotheca Lusitana, Tomo I, pp. 201 e seg.